

# Senado escolhe integrantes da CPI da corrupção

Foram escolhidos ontem nove dos onze senadores que participarão da Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as denúncias de corrupção envolvendo suborno de autoridades, sobretudo do ex-ministro do Trabalho e Previdência Antônio Rogério Magri, no parcelamento de débitos com a Previdência Social. O líder do PFL, senador Marco Maciel ainda não escolheu os dois que representarão o partido na CPI, informou a agência Globo.

Do PMDB, participarão os senadores Cid Sabóia (CE), Amir Lando (RO), Ruy Bacelar (BA) e Wilson Martins (MS). O líder, senador Humberto Lucena, ainda não decidiu quem será o presidente, mas o nome mais cotado é o do senador Cid Sabóia. A relatoria caberá ao PFL. Os demais membros são: Lucídio Portella (PDS-PI), Maurício Corrêa (PRN-DF), Mário Covas (PSDB-SP), Affonso Camargo (PTB-PR) e Saldanha Derzi (PRN-MS).

O ex-ministro do trabalho chamou ontem de "delator" e informante" o ex-diretor de Arrecadação e Fiscalização, Volnei Ávila. As declarações de Magri foram dadas aos integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga possíveis desvios na aplicação de verbas do FGTS. Magri negou ter recebido os 30 mil dólares denunciados em fita gravada e apresentada à Polícia Federal por Volnei. O ex-ministro também contestou a autenticidade da fita.

Magri disse que chegou atrasado à reunião do Conselho Curador em que foi decidida a transferência de verbas das obras de infraestrutura para as de canalização do esgoto do canal da Maternidade no Estado do Acre. Ele informou não ter votado simplesmente porque, na condição de presidente do Conselho, somente votaria em caso de empate. Isso não foi necessário, disse Magri, porque a decisão que permitiu a transferência dos recursos foi unânime.

Os integrantes da CPI decidiram manter sob sigilo, a pedido da Polícia Federal, os documentos entregues a eles pelo delegado Aparecido Feltrin. Por isso, a primeira parte do depoimento de Magri foi feita sem a presença dos jornalistas.

Entre os documentos estava o laudo no qual foi transcrita a conversa gravada por Volnei Ávila e apresentada como sendo fruto de uma conversa tida com o ex-ministro. Os parlamentares também receberam cópia do depoimento de Ávila.

No depoimento, feito em seguida à leitura da transcrição da gravação pelo presidente da CPI, deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), Magri cobrou o direito de ouvir a fita, apurou a repórter Mariana Monteiro.

Magri disse ter reconhe-

cido apenas alguns trechos da transcrição. Afirmou não se recordar de um encontro de 45 minutos com Volnei e, confrontado pela primeira vez com a transcrição integral da fita, estranhou até mesmo os diálogos, recheados de palavras. "Esse linguajar não é meu. Tenho muitas dúvidas". Segundo ele, seria importante ouvir a fita para descobrir em que contexto a gravação foi feita.

## CARTA

O ex-ministro do Trabalho e Previdência Social, Antônio Rogério Magri, deixou para o final de seu depoimento, na CPI que apura as irregularidades do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), uma série de denúncias contra seu principal acusador de envolvimento em atos de corrupção, o ex-secretário de arrecadação do INSS, Volnei Ávila, apurou a repórter Adriana Vasconcelos.

Com uma carta que lhe foi encaminhada no último dia 6 de março pelo filho legítimo de Volnei Ávila, Wlamir Luiz Lopes, o ex-ministro fundamentou sua principal denúncia contra o ex-diretor de arrecadação.

Magri fez a leitura da carta no final de seu depoimento na CPI, depois de uma concessão do presidente da Comissão.

## CPI NO ACRE

Apesar de já ter recebido Cr\$ 3,5 bilhões desde dezembro do ano passado, a construtora Norberto Odebrecht ainda não começou a construção do canal da maternidade. A denúncia foi feita ontem pelo deputado estadual Nilson Mourão (PT-AC) ao presidente da CPI Maurílio Ferreira Lima.

Ferreira Lima decidiu que a CPI deve ir ao Acre na próxima sexta-feira para visitar "in loco" os 4 quilômetros onde deverá ser construído o canal.

## ALCENI

O ministro Paulo Brossard, do STF, encaminhou à Procuradoria-Geral da República o pedido de enquadramento do ex-ministro da Saúde Alcení Guerra por crime de prevaricação. O procurador Aristides Junqueira deve decidir até o final de semana que destino dará à denúncia, informou a Agência Globo.

## TCU

Se o laudo do Tribunal de Contas da União (TCU) comprovar superfaturamento na contratação de duas obras no Acre, a CPI do Congresso convocará o presidente da Caixa Econômica Federal, Álvaro Mendonça, para prestar esclarecimentos.

Mendonça disse ontem estar pronto para prestar depoimento à CPI. Ele assegurou que a CEF assinou dois contratos com o ACRE para liberação de recursos do FGTS no valor de US\$ 22 milhões, em setembro de 1991, e não de US\$ 110 milhões, como vem sendo noticiado.